



Câmara Municipal de Marília

Estado de São Paulo

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2026 PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS ÀS PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA), DEMAIS CONDIÇÕES DE NEURODIVERGÊNCIA, PESSOAS COM DOENÇAS RARAS E ÀS FAMÍLIAS QUE NECESSITAM DE ACOMPANHAMENTO, ORIENTAÇÃO E APOIO CONTÍNUO. (CONVOCADA ATRAVÉS DO EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 04/2026).

Aos dezesseis dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, às dezenove horas e oito minutos, ocupou a Presidência dos trabalhos o Presidente Danilo Augusto Bigeschi que convidou a Dra. Paloma Aparecida Libânio Nunes, Secretária Municipal de Saúde para que tomasse assento junto à Presidência; convidou a Sra. Cristina Toshie de Macedo Kuabara, Enfermeira Coordenadora do Núcleo da Pessoa com Deficiência e Neurodivergente da Secretaria Municipal da Saúde para que tomasse assento junto à Presidência; convidou a Dra. Thatyana Turassa, Médica Pediatra e Mãe Atípica para que tomasse assento junto à Presidência; convidou a Dra. Angélica Masson, Advogada Especialista em Direitos dos Autistas e Mãe Atípica para que tomasse assento junto à Presidência e convidou a Sra. Dayane Wendy dos Santos, Mãe Atípica, Fundadora do Projeto Fortes e Corajosas - Mães Atípicas, Uma Rede Que Cuida De Quem Cuida para que tomasse assento junto a Presidência. Registrou a presença dos Vereadores: Vânia Ramos dos Santos, Elio Eiji Ajeka, Thiago de Souza Vasconcelos, Galdino Luiz Ramos Junior, Wellington Corredato da Silva, Guilherme Fernandes dos Reis e Rossana Rodrigues Rossini Camacho. Informou que os Vereadores Elio Eiji Ajeka e Rossana Rodrigues Rossini Camacho compunham a Comissão de Saúde e Assistência Social da Casa. Justificou a ausência do Vereador Wilson Alves Damasceno e da Vereadora Fabiana de Cássia Sanches Camarinha que estavam em compromissos. O Presidente em seguida, registrou a presença das seguintes pessoas que compareceram para acompanhar a presente Audiência Pública: Luciana Isa Corrêa, Gestora da Atenção Especializada da Secretaria Municipal da Saúde, Adriana Galina Gratão Castro, Psicóloga Supervisora do Núcleo de Pessoa com deficiência, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, Marli Arlete Bueno, mãe atípica e membro do Projeto Fortes e Corajosas, Rosana Ferreira Costa, mãe atípica, TEA Aconchego, Fátima Sueli Mendes, mãe atípica, TEA Aconchego, Solange Aparecida Gomes Aguiar, mãe atípica – Projeto Fortes e Corajosas e Amandim, Vanessa Isídio, Chefe de Gabinete, representando ao Vereadora Fabiana de Cássia Sanches Camarinha, Cristiani Alessandra Bassan, Psicóloga – Núcleo Neurodivergente, Secretaria Municipal da Saúde, Érica Regina Amorim, membro da Amandim, Fabiano Conceição Louzado Reis, Assessor da Secretária Municipal da Saúde, Paloma Libânio, Alethéia Reis Marques, Especialista em educação especial – Amandim, Gabriel Luiz Casula Guimarães, Psicólogo – Espaço Potencial, Caio Henrique da Silva Oliveira, Conselheiro Tutelar, Vanessa Brandão, Conselheira Tutelar, Ester Raquel Pereira da Silva, 2ª Secretária do Projeto Fortes e Corajosas Mães Atípicas, Nathalia Baeta Rossato Gonçalves, Suplente da Bancada Fiscal do Projeto Fortes e Corajosas, Silvana Baeda, Vice-Presidente do Projeto Fortes e Corajosas, Lurdes Santos, Coordenadora do Espaço Potencial, Paula Cicconello, Presidente da Amandim, Andrezza Moreira Basso, Coordenadora do Programa Conexão Jovem do Instituto Evolve, Ricardo Augusto, Assessor Parlamentar do Deputados Estadual Sebastião Santos, Márcia Mendes de Andrade, Assessora Governamental da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, representando a Secretária Municipal, Héliide Parreira. Dando início aos trabalhos, declarou aberta a Audiência Pública, nos termos da Lei nº 5863, de 17 de junho de 2004, que regulamentava as Audiências Públicas, e em atendimento ao Requerimento nº 3/2026, de iniciativa da Vereadora Vânia Ramos dos Santos, aprovado na Sessão Ordinária do dia 19 de fevereiro de 2026. A Audiência visava debater políticas públicas voltadas às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), demais condições de neurodivergência, pessoas com doenças raras e às famílias que necessitam de acompanhamento, orientação e apoio contínuo. Informou que a Audiência Pública foi convocada através do Edital de Convocação nº 4/2026. Disse que os oradores teriam o tempo de sessenta minutos, em conjunto, para fazer suas explicações e que concluída a exposição, os membros do poder legislativo poderiam fazer suas perguntas relacionadas com o assunto, e teriam o tempo de cinco minutos. Disse que os demais participantes da Audiência Pública, poderiam fazer suas perguntas relacionadas com o assunto, sendo que deveriam se inscrever antecipadamente junto à Secretaria da Câmara ou também





Câmara Municipal de Marília

Estado de São Paulo

enviando as perguntas através do e-mail camara@camar.sp.gov.br. Em seguida, passou a palavra à Vereadora Vânia Ramos dos Santos, para uma breve explanação a respeito da convocação da Audiência Pública. A Vereadora Vânia Ramos dos Santos destacou a provação federal do CER da Unesp, que passaria a atender centenas de pacientes. Mencionou que essa foi uma luta de dois anos, envolvendo viagens mensais a Brasília e choro diante das dificuldades, mas que o projeto foi finalmente publicado no Diário Oficial da União. Ressaltou que o objetivo do encontro não era apenas falar, mas ouvir a sociedade civil e as mães atípicas para identificar carências. A audiência servia como ponto de partida para que os vereadores pudessem elaborar requerimentos fundamentados e cobrar o Poder Executivo por melhorias concretas. Demonstrou grande preocupação com a exaustão das mães atípicas e questionou diretamente a Secretária da Saúde sobre como o município pode oferecer suporte psicológico e acolhimento para esses pais que viviam em constante sobrecarga. Afirmou que, entre 2025 e 2026, o município teve um avanço grande e que o objetivo de seu mandato era trabalhar para que Marília se tornasse uma referência em inclusão e tratamento de crianças autistas. Confirmou que pretendia realizar a audiência pública duas vezes por ano, para garantir que a causa não fosse lembrada apenas no "Abril Azul", mas que o acompanhamento das demandas fosse contínuo. Em seguida, passou a palavra à Dra. Paloma Libânio, Secretária Municipal de Saúde, que dispunha de cinco minutos para suas considerações. A Dra. Paloma Libânio afirmou que, desde janeiro de 2025, o município vinha estruturando uma rede de cuidado que antes não existia, saindo de uma realidade sem programas municipais ou ambulatorios especializados para uma linha de cuidado organizada. Mencionou nominalmente mães atípicas presentes, ressaltando que aprendeu muito com elas durante o processo de construção das políticas. Explicou que a base da rede estava sendo fortalecida por meio da capacitação das equipes de saúde para o uso do questionário M-CHAT, visando a identificação precoce do autismo. Destacou a implementação de comunicação alternativa e aumentativa nas unidades de saúde para promover a inclusão. Informou que, no momento da audiência, mais de 600 pacientes estavam sendo acompanhados em atendimentos especializados, fosse na saúde ou na assistência, através de parcerias com instituições como o Espaço Potencial. Reconheceu que, apesar dos avanços, o que foi feito ainda não era suficiente, pois a luta das famílias por diagnóstico, tratamento e dignidade era diária. Encerrou reforçando um olhar atento também para adolescentes e adultos autistas, que frequentemente enfrentavam maior invisibilidade. Dando prosseguimento, o Presidente passou a palavra à Sra. Cristina Toshie de Macedo Kuabara, Enfermeira Coordenadora do Núcleo da Pessoa com Deficiência e Neurodivergente da Secretaria Municipal da Saúde, que dispunha de dez minutos para suas considerações. A Sra. Cristina Toshie de Macedo Kuabara ressaltou que, embora o avanço não ocorresse na velocidade desejada, houve uma mudança significativa desde 2025, quando o município não possuía programas estruturados ou ambulatorios especializados. Enfatizou que o diagnóstico de autismo não podia ser feito em consultas rápidas de 15 minutos e exige uma equipe multidisciplinar e uma metodologia cuidadosa. O diagnóstico precoce foi organizado para começar na "porta de entrada" do SUS e com a implantação do programa municipal em 2026, o rastreamento precoce passou a ser feito pelo questionário M-CHAT durante a puericultura, acompanhando a criança desde o nascimento até os 18 meses. Explicou que o núcleo foi consolidado para garantir o cuidado longitudinal, organizando fluxos que iam desde a suspeita inicial até o encaminhamento para terapias especializadas, articulando os serviços em rede. Destacou o papel de diversas instituições parceiras que operavam via convênio SUS ou recursos municipais. Citou as instituições Tea Aconchego, que utilizava a ciência ABA. Inicialmente custeada por emenda parlamentar, teve a continuidade garantida pelo orçamento da prefeitura, atendendo atualmente 50 pacientes com planos de expansão, a AMEI, Associação Mariliense de Esporte Inclusivo, Convênio pioneiro focado no esporte como ferramenta de socialização, regras e autocuidado, atendendo 160 pacientes, Espaço Potencial, com Atendimento especializado com metodologia ABA e equipe multiprofissional, incluindo psiquiatra, com capacidade para 100 pacientes, APAE, com parceira fundamental na estimulação precoce, até os 2 anos e que também passou a colaborar no diagnóstico de pacientes adultos e Amor de Criança, da ABHU, com protocolo organizado para casos de autismo associados a doenças neurológicas, como a paralisia cerebral. Mencionou a importância da ampliação do CER, Centro de Especialidade em





Câmara Municipal de Marília

Estado de São Paulo

Reabilitação da Unesp para o nível 3 - físico, auditivo e intelectual, o que fortaleceria a reabilitação no município. Concluiu informando que existiam mais de 300 pacientes em terapias especializadas e que o objetivo era continuar ampliando o acesso e a qualidade do trabalho multiprofissional. O Presidente Danilo Augusto Bigeschi registrou a presença da Dra. Tatiane Sabella, Pediatra capacitada em Autismo e transtornos do neurodesenvolvimento, representando a Clínica Aconchego, Mariane Tiemi Kasaka, Psicóloga Supervisora do Instituto Envolve, Andrea Atallah Aleixo, Fonoaudióloga da Clínica Aconchego e Ramon Barbosa Franco, Secretário Parlamentar do Deputado Federal Vinícius Carvalho. Dando prosseguimento, passou a palavra à Dra. Thatyana Turassa, Médica Pediatra e Mãe Atípica, que dispunha de quinze minutos para suas considerações. A Dra. Thatyana Turassa relatou que, apesar de ter estudado em instituições de excelência, como FAMEMA, USP e Einstein, não aprendeu sobre transtornos do neurodesenvolvimento durante a graduação ou residência. Precisou buscar formação externa após observar a demanda em sua prática clínica e vivenciar o diagnóstico da própria filha. Criticou a falta de preenchimento dos campos de neurodesenvolvimento no prontuário eletrônico – E-SUS por parte dos médicos, observando que o sistema gera alertas de atraso que muitas vezes eram ignorados. Defendeu a descentralização da aplicação do questionário M-CHAT, sugerindo que outros profissionais, como recepcionistas, entregassem o formulário para as mães preencherem, já que ele era uma ferramenta de triagem para crianças entre 18 e 36 meses. Ressaltou que o diagnóstico de autismo não podia ser feito em consultas rápidas, exigindo uma anamnese detalhada do desenvolvimento da criança. Defendeu que a criança não precisava de um diagnóstico fechado para iniciar as terapias. Se um atraso fosse identificado, a intervenção deveria ser imediata, para aproveitar a janela de desenvolvimento, encaminhando para fonoaudiologia ou fisioterapia conforme a necessidade. Propôs a adoção de um modelo hierárquico, comum nos EUA e Canadá, para aumentar a eficiência e reduzir custos. Nesse sistema, um especialista, como um psicólogo supervisor planejava o tratamento e supervisionava o atendimento de 8 a 10 crianças simultaneamente, executado por aplicadores ou técnicos. Sugeriu utilizar a força de trabalho de alunos e residentes das faculdades de Marília, como FAIP, FAMEMA, Unimar e Unesp para multiplicar a capacidade de atendimento da rede municipal, inserindo-os como aplicadores sob supervisão qualificada. Enfatizou que o tratamento devia ser geograficamente acessível para as mães, que muitas vezes não tinham rede de apoio e dependiam de transporte público. Também destacou que o autismo trazia potencialidades, como o hiperfoco e a observação detalhada, que deviam ser reconhecidas e aproveitadas. Concluiu reforçando que a educação continuada devia ser uma política permanente da rede de saúde para garantir o uso racional dos recursos e o acolhimento adequado das famílias. Dando prosseguimento, passou a palavra à Dra. Angélica Masson, Advogada Especialista em Direitos dos Autistas e Mãe Atípica, que dispunha de quinze minutos para suas considerações. A Dra. Angélica Masson denunciou que muitas escolas, públicas e particulares utilizavam o argumento de que trabalhavam a autonomia para justificar a ausência de profissionais de apoio previstos em lei. Enfatizou que, para a criança atípica, a autonomia não nascia do abandono, mas sim que a autonomia se construía com apoio, sem suporte, a criança apenas tentava sobreviver, o que poderia gerar comportamentos agressivos por falta de adaptação. Criticou a fala comum de que o autismo era apenas um rótulo, o que negava uma condição médica reconhecida internacionalmente e desvalorizava a luta da família. Rebateu o argumento de professores que afirmavam não terem sido treinados para a educação especial, lembrando que a Constituição de 1988 já previa a inclusão escolar há quase 40 anos e que o docente se formava para ensinar a todos, sem escolher alunos. Observou que o sistema frequentemente deslocava a culpa do mau desenvolvimento para a criança, chamando-a de preguiçosa ou para a família, em vez de oferecer o apoio necessário. Citou que o direito ao atendimento educacional especializado estava garantido na Constituição Federal, na Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que tinha força de emenda constitucional e na LDB. Mencionou o decreto da Política Nacional de Educação Especial de 2023, que exigia uma capacitação de 180 horas para profissionais de apoio e permitia o estudo de caso para suporte mesmo sem o laudo médico finalizado. Sugeriu a criação de uma clínica-escola em Marília para atender crianças com nível 3 de suporte, que possuíam demandas complexas, como crises e epilepsia que exigiam saúde e educação atuando juntas de forma inseparável. Relatou casos graves ocorridos em Marília,





Câmara Municipal de Marília

Estado de São Paulo

como uma criança que, por falta de cuidador, chegou em casa suja de dejetos, e outro caso de uma criança com deficiência intelectual que, sofrendo bullying e sem supervisão, saiu pelo portão da escola sozinha e atravessou uma rodovia a pé. Concluiu convocando os vereadores a exercerem seu papel de fiscalização, afirmando que as leis já existiam, mas precisam sair do papel e chegar na ponta, nas salas de aula e unidades de saúde. Reforçou que a inclusão não era um favor, mas um dever estrutural da gestão pública, e que a sociedade deveria se preparar para garantir dignidade a todos, pois qualquer pessoa poderia vir a se tornar uma pessoa com deficiência. Dando prosseguimento, passou a palavra à Sra. Dayane Wendy dos Santos, Mãe Atípica, Fundadora do Projeto Fortes e Corajosas - Mães Atípicas, Uma Rede Que Cuida De Quem Cuida, que dispunha de quinze minutos para suas considerações. A Sra. Dayane Wendy dos Santos enfatizou que o foco de sua atuação era a mulher/mãe, que frequentemente enfrentava solidão, exaustão e o abandono da própria família e de parceiros. Destacou que a maioria das mães atípicas não tinham rede de apoio e viviam em um estado de sobrecarga constante. Utilizou a expressão marcas invisíveis para descrever o sofrimento psicológico das mães que eram rejeitadas em filas, que deixavam de ser convidadas para aniversários ou que eram constantemente julgadas pela sociedade sobre como deveriam criar seus filhos. Apresentou o vídeo e a história de Leide, uma mãe solo de um menino com autismo nível 3 de suporte. Relatou que o filho de Leide tinha compulsividade alimentar, o que a obrigava a manter a geladeira com cadeado, e que essa mãe não tinha sequer o direito de adoecer, pois não tinha com quem deixar a criança. Compartilhou sua própria dor como mãe de um menino de 10 anos que, desde os 2 anos, se alimentava exclusivamente de leite. Relatou o cansaço de ouvir receitas de estranhos e afirmou que seu maior sonho era ver o filho comer. Defendeu que o município precisava pensar em estruturas que garantissem um respiro para essas mulheres, mencionando que conhecia mães que sequer podiam sair para tomar um sorvete devido à falta de suporte. Afirmou que a causa do autismo não era apenas da saúde ou da educação, mas de toda a sociedade, e convocou as autoridades a não apenas apontarem problemas, mas a serem agentes de soluções conjuntas. Encerrou sua participação com uma mensagem de resistência, afirmando que, para as mães que ela representava, desistir não era uma opção. O Presidente Danilo Augusto Bigeschi informou que após terminadas as explanações, os Senhores Vereadores poderiam fazer suas perguntas relacionadas ao assunto. A Vereadora Vânia Ramos dos Santos parabenizou todas as palestrantes, afirmando que elas trouxeram o que todos precisavam ouvir. Citou especificamente as contribuições de Cristina, Dra. Tatiana, Dra. Angélica e Dayane. Reforçou que o objetivo do encontro era identificar as dificuldades e carências reais para que os vereadores pudessem elaborar requerimentos e cobrar o Poder Executivo de forma fundamentada. A audiência permitia que os políticos enxergassem obstáculos que muitas vezes não eram visíveis sem o relato direto das famílias. Dirigiu uma pergunta à Dra. Thatyana sobre quais eram os principais desafios e obstáculos que os médicos enfrentavam atualmente para diagnosticar uma criança com autismo. A Dra. Thatyana Turassa reiterou que um dos maiores obstáculos era a falta de vivência em transtornos do neurodesenvolvimento durante a graduação e a residência médica, o que obrigava os profissionais a buscarem formações externas especializadas. Ressaltou que a avaliação do neurodesenvolvimento deveria começar logo nos primeiros meses, citando o contato visual do bebê com a mãe durante a amamentação como um dos primeiros sinais a serem observados. Uma de suas sugestões práticas foi que o sistema ESUS deveria travar o atendimento, impedindo que o médico finalizasse a consulta sem preencher obrigatoriamente os campos de avaliação do neurodesenvolvimento. Defendeu que a aplicação do questionário M-CHAT deveria ser obrigatória para todas as crianças entre 18 e 36 meses. Enfatizou que o diagnóstico de autismo exigia uma reconstrução detalhada da história do desenvolvimento da criança, o que tornaria impossível realizar esse processo em consultas de curta duração. A Vereadora Vânia Ramos dos Santos questionou como o município poderia trabalhar para acolher esses pais, considerando que a demanda era altíssima e o esgotamento dessas mães era uma realidade crítica em Marília. Em resposta a Secretária da Saúde, Paloma Libânio informou que a Secretaria estava estudando a implementação de um aplicativo que ofereceria orientações e suporte psicológico remoto, facilitando o acesso para mães que não podiam se deslocar até uma unidade de saúde por falta de rede de apoio. Sugeriu o uso de um colar de identificação para as mães, semelhante ao dos filhos, para que elas também tivessem





Câmara Municipal de Marília

Estado de São Paulo

prioridade no atendimento de saúde, reconhecendo sua condição de cuidadora. Reforçou que os CAPS, Centros de Atenção Psicossocial, eram serviços de porta aberta, não precisando de encaminhamento prévio. Incentivou que as mães buscassem essas unidades tanto para atendimentos individuais quanto para grupos de apoio. Mencionou o projeto de disponibilizar tags de localização para pacientes de nível 2 e 3 de suporte, o que indiretamente aliviaria a sobrecarga e a preocupação constante dos cuidadores com a segurança dos filhos. Ressaltou que essas medidas visavam equilibrar a necessidade de atendimento especializado com a dificuldade prática que as mães tinham de acessar serviços presenciais enquanto cuidavam de seus filhos em tempo integral. A Vereadora Rossana Rodrigues Rossini Camacho questionou qual era a estrutura preparada para o futuro das crianças e adolescentes autistas quando eles atingissem os 23 ou 33 anos. Demonstrou preocupação com o respaldo para adultos e a inserção no mercado de trabalho. A Secretária Paloma Libânio informou que o diagnóstico para adultos já era realizado via APAE e que a gestão estava planejando, em parceria com o Espaço Potencial, a criação de uma Vila Supervisionada. O objetivo era garantir que o autista adulto tivesse uma moradia com suporte, aliviando o medo das mães sobre quem cuidaria de seus filhos após o falecimento dos pais. Mencionou diálogos com a Secretaria do Trabalho para potencializar a entrada no mercado, mas ressaltou que a sociedade precisava ser preparada para receber esses profissionais, citando casos em que a falta de empatia de clientes causou a desregulação e desistência de trabalhadores autistas. A Dra. Angélica Masson reforçou que, embora existissem leis de incentivo, muitas empresas contratavam, mas não aceitavam que a pessoa com deficiência agisse de acordo com sua condição. Sugeriu uma fiscalização mais rígida e medidas punitivas, compartilhando sua experiência pessoal como autista que só obteve adaptações por ser servidora concursada, acreditando que teria sido demitida se estivesse no setor privado. A Vereadora Rossana Rodrigues Rossini Camacho, diante das respostas, sugeriu utilizar o CPROM - Centro Profissionalizante para criar projetos específicos que identificassem as potencialidades dos autistas e facilitassem sua inclusão real no mercado. A Sra. Cristina Toshie de Macedo Kuabara informou que o Núcleo Neurodivergente já utilizava o CEREST - Saúde do Trabalhador e o PEI - Polo de Empregabilidade Inclusiva para dialogar com empresas e buscar adaptações de carga horária e respeito à singularidade do trabalhador. A Dra. Thatyana Turassa encerrou destacando que características como o hiperfoco e a alta capacidade de observação eram potenciais valiosos que o mercado de trabalho deveria aprender a reconhecer e aproveitar. O Vereador Galdino Luiz Ramos Junior enfatizou que não adiantava ter vigência se não tivesse eficácia, concordando com a Dra. Angélica de que a autonomia só se construía com apoio real e não apenas com normas no papel. Observou que, quando o Legislativo e o Executivo falhavam em suas missões, as famílias eram obrigadas a recorrer ao Judiciário. No entanto, ressaltou que mesmo uma determinação judicial acabava dependendo da estrutura e do bom senso do Poder Executivo para ser executada. Afirmou que não bastava os políticos se sensibilizarem, pois, ao fim da audiência, eles retornariam para suas casas onde o problema não existia, enquanto as famílias viveriam essa luta diariamente. Defendeu que o poder público precisava se colocar no lugar do outro. Reforçou que o papel da Câmara era fiscalizar o Executivo e criar mecanismos de auxílio que nascessem da escuta direta proporcionada por audiências públicas. Concluiu sua fala declarando que sua disposição em ajudar ia além do cargo de vereador ou advogado, tratando-se de um dever como ser humano em reconhecer a diversidade e a pluralidade da sociedade. O Vereador Guilherme Fernandes dos Reis elogiando o trabalho da Secretária da Saúde, Dra. Paloma Libânio, classificando-o como fenomenal e destacando a empatia dela ao se colocar no lugar das pessoas. Enalteceu a atuação da vereadora Vânia Ramos dos Santos, mencionando ter testemunhado pessoalmente, em Brasília, a luta dela junto ao Ministério para a liberação do CER3, Centro de Especialidade em Reabilitação, ressaltando a importância desse serviço para reduzir a fila de espera em Marília. Afirmou ter se emocionado com os relatos das mães e palestrantes, destacando que as marcas invisíveis mencionadas por Dayane Wendy ajudavam os vereadores a entender a realidade das famílias e a buscar formas de auxiliá-las. Fez uma crítica construtiva pela ausência da Secretária da Educação na audiência. Argumentou que as pautas de saúde e educação para autistas deviam caminhar juntas, pois havia muitas crianças precisando de suporte especializado dentro das salas de aula municipais. Questionou a Dra. Paloma se o município oferecia cursos ou





Câmara Municipal de Marília

Estado de São Paulo

palestras para os profissionais das unidades de saúde. Defendeu que todas as equipes médicas deviam atuar de forma padronizada no acolhimento e diagnóstico das crianças. Parabenizou o trabalho das entidades presentes, como os projetos Fortes e Corajosas e Amandim, reafirmando seu compromisso em estar próximo da causa. A Secretária Municipal, Paloma Libânio explicou que a capacitação das equipes de saúde era obrigatória para que o município recebesse o repasse integral de recursos do Ministério da Saúde, destinando quatro horas semanais para treinamentos diversos. Destacou que foi publicada uma instrução normativa no Diário Oficial estabelecendo que, durante a puericultura, era obrigatório o acompanhamento do desenvolvimento neuropsicomotor. Reforçou que qualquer alteração identificada em crianças de até dois anos devia ser encaminhada imediatamente ao Núcleo Neurodivergente. Reconheceu que muitas das ações atuais na saúde foram disparadas justamente pela audiência pública realizada no ano anterior. O Vereador Guilherme Fernandes dos Reis reforçou que o exemplo dado por Paloma de que a audiência do ano passado gerou frutos práticos, provava a importância desses encontros. Finalizou reiterando sua crítica à Secretária da Educação, afirmando que a presença dela teria sido fundamental para ouvir as mães e os profissionais capacitados presentes, o que ajudaria a melhorar a rede municipal de ensino no acolhimento aos autistas. Encerrada a participação dos Vereadores, o Presidente consultou a Secretaria se havia interessados inscritos ou que encaminharam suas perguntas relacionadas ao assunto. A munícipe Lilian Leonel Estevão questionou a Secretária da Saúde sobre o que estava sendo feito para que os projetos chegassem efetivamente às unidades de saúde, pois, embora a vontade da gestão fosse clara, o atendimento na base muitas vezes ainda não funcionava como deveria. Demonstrou preocupação com o limbo que ocorria quando o autista crescia, perguntando sobre tratamentos e acompanhamentos específicos para essa faixa etária, que enfrentava grandes dificuldades na transição para a rede estadual. Sugeriu que exames e atendimentos de saúde para as mães, como ginecologista e psicólogo fossem realizados no mesmo local onde os filhos faziam terapia. Relatou o caso de uma mãe que aguardava um exame ginecológico há mais de um ano por não ter tempo ou rede de apoio para se deslocar. Questionou se haveria novas audiências agendadas após o "Abril Azul", para evitar que a causa fosse esquecida após o fim do mês de conscientização. A Secretária Municipal Paloma Libânio explicou que a criação do Núcleo Neurodivergente servia justamente para monitorar a linha de cuidado e que a mudança de cultura nos postos de saúde era gradual, exigindo treinamento e sensibilização constantes das equipes. Foi informado que o diagnóstico já ocorria via APAE e que havia tratativas com o Espaço Potencial para ampliar o atendimento e criar uma moradia supervisionada para adultos. Reconheceu a validade da ideia de atendimentos conjuntos, mas apontou dificuldades logísticas para especialistas estarem nesses locais, sugerindo a telemedicina e o uso do colar de prioridade para as mães como alternativas. Em seguida o Sr. Ricardo Augusto falou em nome do deputado Sebastião Santos, reafirmando que o parlamentar era um defensor da causa autista e estava à disposição na Assembleia Legislativa de São Paulo para dar efetividade aos projetos de lei, garantindo que não ficassem apenas no papel. Destacou que o maior desafio era levar a informação e a educação sobre o TEA para a população em geral, que ainda carecia de empatia e esclarecimento sobre o que as famílias vivenciam diariamente. Questionou à Secretária da Saúde, Paloma Libânio, qual era o número exato de crianças laudadas e quantas aguardavam atendimento no município e questionou por que Marília ainda não contava com um Centro Teia, unidade do governo estadual, visto que cidades vizinhas como Bauru já possuíam previsão de instalação. Defendeu que Marília tinha demanda e capacidade técnica para receber tal estrutura. A Secretária Municipal Paloma Libânio informou que Marília possuía atualmente 1.200 pacientes laudados. Explicou que o Secretário Estadual da Pessoa com Deficiência esteve na cidade e que foi assinado um protocolo para que o Centro Teia estadual realizasse a capacitação dos profissionais de saúde locais, sendo este, por enquanto, o principal investimento do estado no município para essa área específica. A munícipe Marcia Nascimento iniciou sua fala citando uma frase que aprendeu com um mentor da Dra. Thyana, afirmando que uma mãe atípica tinha o estresse três vezes maior do que um soldado em guerra. Relatou que seu filho de 5 anos era assistido pela clínica Tea Aconchego há um ano e meio. Destacou a melhora significativa no comportamento da criança, que antes quebrava objetos e agredia colegas na creche, mas que agora não apresentava mais esses





Câmara Municipal de Marília

Estado de São Paulo

comportamentos desregulados. Descreveu episódios de looping, quando a criança sai correndo sem aviso, compulsão alimentar e o fato de o filho acordar de madrugada desregulando ou vomitando. Questionou sobre o tempo de espera para o funcionamento do CER3, ressaltando que as crianças não esperavam. Sugeriu que o Tea Aconchego fosse utilizado também para casos de emergência, como crianças que precisavam de atendimento via SAMU, aproveitando o espaço e a metodologia ABA já existentes na clínica. Revelou acreditar que ela própria fosse uma autista adulta, embora tenha optado por não buscar um laudo oficial para focar exclusivamente no cuidado do filho. A Secretária Municipal Paloma Libânio descreveu Márcia como uma "super ativista", mencionando que ela enviava mensagens e fazia ligações constantes para levar demandas da sociedade e das famílias atípicas à Secretaria da Saúde. Em resposta aos seus questionamentos, a Secretária Municipal Paloma Libânio explicou que o CER3 dependia agora da organização da Unesp para iniciar os atendimentos, que eram focados em reabilitação e diferiam das terapias de clínicas como o Tea Aconchego. Sobre a ampliação de atendimentos, informou que o prefeito estava finalizando estudos para aumentar as vagas no Tea Aconchego nos próximos dias. Em questão de ordem, a Vereadora Vânia Ramos dos Santos respondendo a um apelo feito anteriormente por Lilian Leonel, anunciou o compromisso de realizar a audiência pública sobre o tema duas vezes por ano. Enfatizou que esses encontros eram essenciais para ajustar situações, elaborar requerimentos e cobrar o Poder Executivo por melhorias no atendimento às pessoas com TEA. Complementou a resposta dada a Márcia sobre o funcionamento do Centro de Especialidade em Reabilitação (CER), explicando que, após a conquista histórica da aprovação federal e publicação no Diário Oficial da União, fruto de dois anos de viagens mensais a Brasília e o início dos trabalhos dependia da Unesp realizar as contratações necessárias. Demonstrou otimismo, afirmando acreditar que o serviço seria inaugurado em questão de dias. Ressaltou que a viabilização do CER foi um esforço conjunto, agradecendo à Dra. Paloma e sua "equipe extraordinária" pela organização das documentações, bem como ao deputado estadual Sebastião Santos pelo apoio político no estado. Eline Guimarães relatou que mantém o projeto há 18 anos e que, apesar de pedir ajuda a vários vereadores, sentia-se desamparada. Mencionou que ela mesma precisa realizar a manutenção física do local, como carpir o mato, e que recentemente um evento para crianças autistas precisou ser adiado após uma interdição dos bombeiros. Revelou que estava enfrentando novamente um câncer na mão, o que torna o trabalho físico e a gestão do projeto ainda mais difíceis. Relatou uma situação grave envolvendo suas duas netas autistas. Uma delas, de 13 anos, tentou o suicídio na semana anterior à audiência e a outra neta, de 3 anos, enfrentava graves problemas alimentares e não conseguia atendimento adequado. Denunciou a falta de médicos na unidade de saúde do Jardim Planalto, afirmando que muitas vezes havia apenas um clínico geral para toda a demanda e que era difícil encontrar pediatras. Informou ter coletado 3.000 assinaturas pedindo melhorias para a zona sul. Mencionou que sua filha aguardava desde 2018/2020 por exames como colonoscopia e consulta com especialista para tratar pedras na vesícula. A Secretária Municipal Paloma Libânio esclareceu que a unidade do Planalto possuía três clínicos gerais, mas que, no momento, um estava de férias e outro afastado, deixando apenas um em serviço. Informou que já havia solicitado um remanejamento de profissionais para normalizar o atendimento. Sobre a falta de pediatras, explicou que o profissional da unidade trabalhava em período parcial. Quanto aos exames represados orientou Eline a procurar novamente o posto para reavaliar a prioridade dos pedidos no sistema de fila única, destacando que casos agravados podiam ser reclassificados como urgentes. A munícipe Juliana Fernandes Breda afirmando que 85% das pessoas com laudo estavam desempregadas, número que subia para 90-95% entre autistas sem diagnóstico oficial. Criticou o fato de que as vagas oferecidas eram geralmente de subempregos com salários baixíssimos, como empacotadores, o que ignorava o potencial de autistas com alta qualificação acadêmica e técnica. Relacionou diretamente a falta de inserção social e profissional aos altos índices de ideação suicida e tentativas de suicídio na comunidade autista, ressaltando que a exclusão gerava um sofrimento diário. Compartilhou sua experiência com o diagnóstico tardio e a constante falta de acessibilidade desde a infância. Explicou que transtornos sensoriais tornavam muitos ambientes de trabalho insuportáveis sem as devidas adaptações. Solicitou que fossem feitas campanhas de conscientização, pois as vagas de estacionamento reservadas eram constantemente





Câmara Municipal de Marília

Estado de São Paulo

desrespeitadas. Relatou problemas com a polícia, afirmando que, muitas vezes, ao denunciar o uso indevido de vagas, o denunciante era exposto, e a própria polícia carecia de treinamento para lidar com questões de acessibilidade e neurodivergência. Observou que o mercado de trabalho impunha exigências contraditórias e irreais para pessoas com deficiência, buscando cegos que enxergassem ou surdos que ouvissem, o que dificultava ainda mais a entrada de autistas que possuíam dificuldades específicas de comunicação. Encerrou sua fala fazendo um apelo ao poder público para que investisse na capacitação e acolhimento de autistas adultos, que muitas vezes sequer sabiam como iniciar a busca por um emprego devido às suas limitações de interação social. O munícipe Fábio Rosa se apresentou como pai atípico de um menino de 11 anos com deficiência física e intelectual severa. Destacou que os relatos ouvidos na audiência representavam um grito de socorro diante de inúmeras demandas que não podiam mais esperar por soluções paliativas. Expressou sua frustração com a linguagem da gestão municipal, afirmando que a prefeitura muitas vezes permanecia no gerúndio, com os termos estamos fazendo, estamos analisando, estamos planejando, sem que as melhorias chegassem efetivamente à ponta. Discordou da justificativa de falta de recursos mencionada anteriormente pela Secretária da Saúde e ressaltou que Marília possuía um orçamento anual de mais de 1,5 bilhão de reais, o que a colocava entre as cidades mais ricas do país. O problema não era a falta de dinheiro, mas a falta de eficiência na aplicação dos recursos. Enfatizou que a mudança real só ocorreria quando os vereadores exercessem plenamente seu papel de fiscalizar o Executivo, garantindo que as leis existentes fossem cumpridas e que os recursos destinados aos programas chegassem ao destino correto. Encerrou sua fala questionando diretamente o presidente da sessão e os demais vereadores se as famílias poderiam contar efetivamente com esse trabalho de fiscalização rigorosa. O Presidente Danilo Augusto Bigeschi respondeu que a Câmara tratava o assunto semanalmente e explicou que o município investia 25% na saúde, acima dos 15% obrigatórios, sendo que 55% desse investimento era destinado a serviços que deveriam ser de competência do Estado ou da União. A Secretária Municipal Paloma Libânio rebateu a crítica sobre o gerúndio, listando ações que foram concluídas, como a criação do Núcleo Neurodivergente e do ambulatório. Esclareceu que, quando mencionou que o dinheiro acabou, referia-se especificamente a uma emenda parlamentar de uma clínica parceira, e não ao orçamento total do município. O Presidente Danilo Augusto Bigeschi dirigindo-se às mães atípicas, afirmou que elas eram uma inspiração pela força e por não desistirem, garantindo que não estavam sozinhas e que na próxima audiência pública, novos avanços seriam apresentados, consolidando o espaço como um local democrático de escuta e solução. Quando eram vinte e uma horas e quarenta e nove minutos, o Presidente Danilo Augusto Bigeschi declarou encerrada a Audiência Pública, lavrando-se a presente Ata, que lida e achada conforme, seria assinada pelo Presidente Danilo Augusto Bigeschi, por Natália Cristina Luzi Biato e secretariada por mim, Cláudia Maria Ferreira. Fica fazendo parte integrante da presente Ata, o DVD relativo à Audiência Pública, de acordo com a Resolução n. 296, de 10 de abril de 2007.

Documento assinado digitalmente



CLAUDIA MARIA FERREIRA

Data: 04/05/2026 14:50:14-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Para validar visite https://sapl.marilia.sp.leg.br/conferir_assinatura e informe o código 5F46-A8EB-084E-9A77